



**RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE
RISCOS E CAPITAL
PILAR 3**

SCANIA BANCO S.A.
2º Semestre de 2025

Sumário

1. Introdução	3
2. Perfil e Appetite de Riscos	3
3. Principais Riscos Relacionados ao Modelo de Negócios	4
3.1 Risco de Crédito	4
3.2 Risco Operacional	4
3.3 Risco Socioambiental e Climático	4
3.4 Riscos de Mercado	5
3.5 Riscos de Liquidez	5
3.6 Gerenciamento de Capital.....	5
4. Governança do Gerenciamento de Riscos	5
5. Canais de Disseminação da Cultura de Riscos	6
6. Escopo e Mensuração de Riscos	6
7. Processo de Reporte de Riscos	7
8. Programa de Testes de Estresse	7
9. Estratégias de Mitigação de Riscos	7
10. Gestão de Capital e Adequação do PR	8
11. Anexos	9
11.1 OVA1 Visão geral dos ativos ponderados pelo risco RWA Canais de Disseminação da Cultura de Riscos.....	9
11.2 Tabela KM1 - Indicadores prudenciais e gerenciamento de risco	10
11.3 Tabela CR1 - Qualidade crítica das exposições	11
11.4 Tabela CR2 - Mudanças no estoque de operações em curso anormal Mudanças significativas no estoque de exposições classificadas como ativos problemáticos em relação a tabela CR1.....	11
11.5 Tabela IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB	12
11.6 Tabela OR2 - Composição do Indicador de Negócios (BI)	13
11.7 Tabela OR3: Requerimento de capital para o risco operacional	14

1. Introdução

O Scania Banco S.A. (“Instituição”) foi constituído em 12 de agosto de 2009 e recebeu autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil (“BCB”) em 4 de dezembro de 2009. A Instituição integra o grupo Traton Financial Services AB, responsável globalmente por soluções financeiras destinadas aos clientes da marca Scania. A Scania, por sua vez, compõe o portfólio de marcas da TRATON SE, subsidiária do Grupo Volkswagen AG.

Este Relatório Pilar 3 é elaborado em conformidade com a Resolução BCB nº 54/2020 e suas alterações, apresentando as informações referentes à estrutura de gerenciamento de riscos e capital da Instituição e das entidades que compõem o Conglomerado Prudencial.

A Instituição adota práticas robustas de governança, políticas, processos e controles compatíveis com a natureza e a complexidade de suas operações, garantindo a identificação, avaliação, monitoramento, mitigação e reporte adequado dos riscos inerentes ao negócio.

2. Perfil e Apetite de Riscos

A Instituição concentra suas operações no fornecimento de soluções financeiras destinadas aos clientes da marca Scania no Brasil, com forte presença no segmento de transporte rodoviário. O volume de negócios acompanha diretamente o desempenho comercial da Scania, tornando o crescimento da Instituição dependente da dinâmica de vendas da montadora.

A definição do apetite de riscos considera o cumprimento dos objetivos estratégicos, a aderência às exigências regulatórias e a manutenção de níveis prudenciais de capital. A Declaração de Apetite a Riscos (RAS) estabelece métricas, indicadores, limites e responsabilidades, assegurando que a Instituição aceite apenas os riscos compatíveis com sua capacidade financeira e operacional.

O monitoramento do apetite a riscos é conduzido periodicamente. Eventuais desenquadramentos são analisados pelas áreas responsáveis, acompanhados por planos de ação e reportados ao Comitê de Gerenciamento de Riscos e ao Conselho de Administração.

3. Principais Riscos Relacionados ao Modelo de Negócios

A Instituição está exposta a um conjunto de riscos inerentes ao seu modelo de negócios, considerando sua atuação no financiamento de clientes da marca Scania e sua inserção no segmento de transporte rodoviário. Os principais riscos relevantes são: risco de crédito, risco operacional, risco socioambiental e climático, risco de mercado, risco de liquidez e aspectos relacionados ao gerenciamento de capital.

3.1 Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento das obrigações financeiras por parte dos tomadores. A Instituição adota políticas prudenciais de concessão de crédito, incluindo análise econômico-financeira, utilização de modelos de rating e score, avaliação de tendências de inadimplência e exigência de garantias quando aplicável. A estratégia busca manter uma carteira de alta qualidade, preservando rentabilidade e reduzindo perdas.

3.2 Risco Operacional

O risco operacional envolve perdas provenientes de falhas em processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Seguindo as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017, a Instituição mantém registros estruturados de eventos de perda, promovendo análises periódicas e implementação de ações corretivas. O cálculo de capital é apurado pela Abordagem Padronizada Simplificada.

3.3 Risco Socioambiental e Climático

A Instituição integra fatores socioambientais e climáticos na avaliação de clientes e na gestão de sua carteira. O processo inclui monitoramento contínuo das atividades financiadas, análise de potenciais impactos ambientais e climáticos e realização de testes de estresse. As diretrizes seguem políticas internas e regulamentação vigente.

3.4 Riscos de Mercado

O risco de mercado abrange a possibilidade de perdas decorrentes de flutuações em taxas de juros e outros fatores financeiros. A Instituição utiliza a metodologia EVE (Economic Value of Equity) como ferramenta principal de mensuração do risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB). A carteira é predominantemente classificada como banking, sem operações de negociação.

3.5 Riscos de Liquidez

O risco de liquidez refere-se à capacidade de honrar obrigações a curto e longo prazo, mesmo em cenários adversos. O monitoramento inclui previsões diárias de caixa, análises de fluxo de 90 dias, planos de contingência e testes de estresse. A Instituição mantém limites mínimos de liquidez e controles alinhados às práticas internas e globais.

3.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital visa garantir que a Instituição mantenha níveis adequados de Patrimônio de Referência em relação aos riscos assumidos. O planejamento estratégico considera horizonte mínimo de cinco anos, com revisões periódicas e aplicação de testes de estresse. Os resultados são reportados ao Comitê de Riscos e ao Conselho de Administração.

4. Governança do Gerenciamento de Riscos

A governança do gerenciamento de riscos da Instituição está estruturada de forma a garantir independência, solidez, transparência e alinhamento às normas do Banco Central do Brasil. A estrutura contempla instâncias de deliberação, supervisão e execução, assegurando que decisões críticas sejam adotadas com base em informação adequada e tempestiva.

O Conselho de Administração exerce o papel de instância máxima de governança, sendo responsável por aprovar políticas de riscos, estratégias, limites e a Declaração de Apetite a Riscos (RAS). O Comitê de Gerenciamento de Riscos apoia o Conselho na supervisão dos riscos, revisando relatórios, determinando prioridades e avaliando a efetividade dos controles internos.

O Diretor de Riscos (CRO) possui independência funcional e acesso direto ao Conselho. É responsável por implementar o arcabouço de riscos, supervisionar atividades de monitoramento e assegurar aderência às políticas internas e



regulatórias. Suas atribuições incluem propor melhorias, avaliar novos produtos, validar modelos e coordenar o reporte institucional.

A Auditoria Interna avalia periodicamente a robustez da estrutura de riscos, verificando conformidade, efetividade e aderência às melhores práticas. Já a função de Compliance monitora o cumprimento normativo, regulatório e legal.

5. Canais de Disseminação da Cultura de Riscos

A Instituição promove uma cultura de riscos sólida e integrada, assegurando que colaboradores compreendam sua responsabilidade no gerenciamento de riscos corporativos. A disseminação ocorre através de programas estruturados de treinamento, comunicações periódicas, campanhas internas e documentos institucionais como o Código de Conduta.

A comunicação contínua reforça boas práticas, conscientização e comportamento ético. Workshops periódicos com áreas de negócios fortalecem a compreensão dos principais riscos e dos controles associados, promovendo alinhamento entre a estratégia corporativa e o apetite ao risco definido pelo Conselho de Administração.

6. Escopo e Mensuração de Riscos

A mensuração dos riscos ocorre por meio de metodologias, modelos e processos compatíveis com a natureza das operações da Instituição. O risco de crédito é quantificado por modelos de rating, score e projeção de inadimplência. O risco operacional é mensurado por bases internas de perdas e avaliações periódicas de controles. Já o risco de mercado utiliza métricas como EVE e análise de sensibilidade.

O risco de liquidez é mensurado por projeções de fluxo de caixa, indicadores de liquidez, testes de estresse e limites internos de liquidez mínima. Para riscos socioambientais e climáticos, utiliza-se avaliação de impactos potenciais, análises de clientes e testes de cenário adversos.

7. Processo de Reporte de Riscos

O reporte de riscos ocorre de maneira estruturada, periódica e tempestiva. A Diretoria Executiva recebe relatórios mensais contendo indicadores-chave de risco (KRIs), limites, tendências e recomendações. O Comitê de Gerenciamento de Riscos recebe relatórios trimestrais mais aprofundados, incluindo análises de cenários, avaliações de controles e planos de ação.

O Conselho de Administração recebe reportes estratégicos, com informações integradas sobre capital, liquidez, desempenho de carteira e exposição consolidada a riscos relevantes. A consistência do reporte garante que decisões estratégicas sejam adotadas de forma informada e prudente.

8. Programa de Testes de Estresse

A Instituição realiza testes de estresse periódicos para avaliar impactos em condições adversas sobre crédito, liquidez, mercado e capital. Os testes consideram cenários severos porém plausíveis, alinhados às recomendações regulatórias e práticas internacionais.

O teste de estresse de crédito avalia aumento significativo de inadimplência, queda de recuperações e deterioração da carteira. O teste de liquidez considera choques de saída de caixa, queda nas captações e restrições de mercado. Para risco de mercado e IRRBB, avaliam-se variações abruptas de taxas de juros.

Os resultados alimentam o planejamento de capital e definem ações mitigatórias quando necessário.

9. Estratégias de Mitigação de Riscos

A Instituição adota estratégias de mitigação robustas e consistentes, que incluem controles internos, políticas de limites, análises periódicas, segregação de funções, revisão de processos e automação de controles.

Planos de ação são elaborados para riscos classificados como elevados, acompanhados por cronogramas e responsáveis definidos. A revisão trimestral



de riscos e controles garante atualização contínua e adequação às demandas operacionais, regulatórias e de mercado.

10. Gestão de Capital e Adequação do PR

A gestão de capital busca assegurar que o Patrimônio de Referência (PR) permaneça adequado aos riscos assumidos e ao crescimento projetado das operações. O planejamento de capital contempla horizonte mínimo de cinco anos e inclui projeções de carteira, receitas, despesas, provisões e requerimentos mínimos regulatórios.

O processo envolve análises mensais de suficiência de capital, comparação com limites prudenciais, realização de testes de estresse e definição de estratégias de manutenção ou reforço do capital.

Os resultados são reportados ao Comitê de Riscos e ao Conselho de Administração.

11. Anexos

11.1 OVA1 Visão geral dos ativos ponderados pelo risco RWA Canais de Disseminação da Cultura de Riscos

Visão geral do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) utilizado na apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR).

R\$ Milhares		a	b	c
		RWA		Requeriment o mínimo de PR
		T	T-1	T
		dez/25	set/25	dez/25
1	Risco de crédito em sentido estrito	12.972.313	13.168.379	1.037.785
2	Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	13.030.761	13.257.783	1.042.461
3	Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica	-	-	-
5	Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada	-	-	-
6	Risco de crédito de contraparte (CCR)	55.030	86.000	4.402
7	Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	-	-	-
7a	Do qual: mediante uso da abordagem CEM	-	-	-
9	Do qual: mediante demais abordagens	55.030	86.000	4.402
12	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	3.418	3.403	273
13	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	-	-	-
14	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	-	-	-
16	Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	-	-	-
20	Risco de mercado	-	-	-
21	Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD)	-	-	-
22	Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAMINT)	-	-	-
24	Risco operacional	751.741	751.741	60.139
1	Risco de Pagamentos (RWASP)	-	-	-
25	Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	-	-	-
29	Total (1+6+12+13+14+16+20+24+1+25)	13.782.502	14.009.523	1.102.600

11.2 Tabela KM1 - Indicadores prudenciais e gerenciamento de risco

Informações quantitativas referentes aos componentes do capital regulamentar, à Razão de Alavancagem e aos indicadores de liquidez.

R\$ Milhares	a	b	c	d	e
	T dez/25	T-1 set/25	T-2 jun/25	T-3 mar/25	T-4 dez/24
Capital Principal	1.696.392	1.720.779	1.714.734	1.709.590	1.650.874
Capital Principal corresponde à linha 1 deduzindo, conforme aplicável, o valor estabelecido pelo: - art. 4º, caput, inciso I, e §§ 8º e 9º, da Resolução	1.696.392	1.720.779	1.714.734	1.709.590	1.650.874
Nível I	1.696.392	1.720.779	1.714.734	1.709.590	1.650.874
Nível I considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a	1.696.392	1.720.779	1.714.734	1.709.590	1.650.874
Patrimônio de Referência (PR)	1.696.392	1.720.779	1.714.734	1.709.590	1.650.874
Patrimônio de Referência (PR) considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a	1.696.392	1.720.779	1.714.734	1.709.590	1.650.874
Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente considerando o PR conforme linha 3a	-	-	-	-	-
Destaque do PR	-	-	-	-	-
RWA total	13.782.501.694	14.009.523.468	14.174.555.863	14.352.160.148	14.120.086.504
RWA corresponde à linha 4 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º ponderado pelo Fator de	13.782.501.694	14.009.523.468	14.174.555.863	14.352.160.148	14.120.086.504
Índice de Capital Principal (ICP)	12,31	12,28	12,10	11,91	11,69
Índice de Capital Principal (ICP) considerando: - Numerador: corresponde à linha 1a; - Denominador: corresponde à linha 4b	12,31	12,28	12,10	11,91	11,69
Índice de Nível 1 (%)	12,31	12,28	12,10	11,91	11,69
Índice de Nível 1, considerando: - Numerador: corresponde à linha 2a; - Denominador: corresponde à linha 4b	12,31	12,28	12,10	11,91	11,69
Índice de Basileia	12,31	12,28	12,10	11,91	11,69
Índice de Basileia, considerando: - Numerador: corresponde à linha 3a; - Denominador: corresponde à linha 4b	12,31	12,28	12,10	11,91	11,69
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPCContracíclico (%)	-	-	-	-	-
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico (%)	-	-	-	-	-
ACP total (%)	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
Margem excedente de Capital Principal (%)	1,81	1,78	1,60	1,41	1,19
Margem excedente de Capital Principal (%) considerando o Capital Principal conforme linha 1a	1,81	1,78	- 2,50	- 2,50	- 2,50
Exposição total	15.587.229	16.147.012	16.046.138	16.088.150	16.589.974
Exposição total corresponde à linha 13 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º da Resolução 229, de 12	15.587.229	16.147.012	16.046.138	16.088.150	16.589.974
RA (%)	10,88	10,66	10,69	10,63	9,95
RA considerando: i. Numerador: corresponde à linha 2a; ii. Denominador: corresponde à linha 13a	10,88	10,66	10,69	10,63	9,95

11.3 Tabela CR1 - Qualidade crítica das exposições

Visão geral da qualidade das exposições sujeitas ao risco de crédito relativas apenas às operações de crédito, aos títulos de dívida e às operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial.

		a	b	c	g
		Valor bruto		Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Valor líquido (a+b-c)
		Exposições caracterizadas como operações em curso anormal	Em curso normal		
R\$ Milhares					
1	Concessão de crédito	1.345.378	14.338.261	- 672.557	15.011.082
2	Títulos de dívida	-	-	-	-
2a	dos quais: títulos soberanos nacionais	-	-	-	-
2b	dos quais: outros títulos	-	-	-	-
3	Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	-	-	-
4	Total (1+2+3)	1.345.378	14.338.261	- 672.557	15.011.082

11.4 Tabela CR2 - Mudanças no estoque de operações em curso anormal

Mudanças significativas no estoque de exposições classificadas como ativos problemáticos em relação a tabela CR1

R\$ Milhares		(a) Total
1	Valor das operações em curso anormal no final do período anterior	1.360.634
2	Valor das operações que passaram a ser classificadas como em curso anormal no período corrente	546.897
3	Valor das operações reclassificadas para curso normal	-85.839
4	Valor da baixa contábil por prejuízo	-343.556
5	Outros ajustes	-132.758
6	Valor das operações em curso anormal no final do período corrente (1+2+3+4+5)	1.345.378

11.5 Tabela IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB

Informar as variações nos valores de Δ EVE e de Δ NII, de que trata a Circular nº 3.876, de 2018, para cada cenário padronizado de juros prescrito.

R\$ Milhares	DELTA EVE		DELTA NII	
	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Data-base				
Cenário paralelo de alta	188.894	148.171	9.056	22.606
Cenário paralelo de baixa	218.515	170.151	9.095	22.757
Cenário de aumento das taxas de juros de curto prazo	-	-		
Cenário de redução das taxas de juros de curto prazo	-	-		
Cenário steepener	-	-		
Cenário flattener	-	-		
Variação máxima	188.894	170.151	9.095	22.757
Data-base	T		T-1	
Nível I do Patrimônio de Referência (PR)	1.696.392		1.650.874	

11.6 Tabela OR2 - Composição do Indicador de Negócios (BI)

Indicador de Negócios (BI) e seus componentes, que são utilizados para o cálculo da parcela RWAOPAD.

R\$ Milhares		a	b	c
		T	T-1	T-2
BI e componentes				
1	Componente de juros, arrendamento mercantil e participações (ILDC)	331.337		
1a	Receita de juros e arrendamento mercantil (II)	2.443.831	2.079.914	1.573.647
1b	Despesa de juros e arrendamento mercantil (IE)	-1.826.876	-1.478.726	-1.116.735
1c	Ativos geradores de juros (IEA)	16.234.338	15.602.388	11.520.055
1d	Receitas de participações (DI)	8.023	6.049	4.411
2	Componente de serviços (SC)	263.812		
2a	Receita de serviços (FI)	262.654	251.003	206.870
2b	Despesa de serviços (FE)	-2.311	-1.349	-1.273
2c	Outras receitas operacionais (OOI)	55.089	9.345	6.475
2d	Outras despesas operacionais (OOE)	-17.165	-2.140	-5.586
3	Componente financeiro (FC)	2		
3a	Resultado líquido da carteira de negociação (NTB)	0	0	0
3b	Resultado líquido da carteira bancária (NBB)	0	-7	0
4	Indicador de Negócios (BI)	595.151		
5	Indicador de Negócios Ponderado (BIC)	71.418		
Divulgação relativa ao BI				
6c	Receitas referentes a serviços de pagamento excluídos do SC	0	0	0
6d	Despesas referentes a serviços de pagamento excluídos do SC	0	0	0

11.7 Tabela OR3: Requerimento de capital para o risco operacional

Capital requerido para o risco operacional.

R\$ Milhares		a
1	Indicador de Negócios Ponderado (BIC)	71.418
2	Multiplicador de Perdas Internas (ILM)	100
3	Requerimento de capital para o risco operacional	892.727
4	RWAOPAD	810.898